

Aos meus pais
Aos meus irmãos
À minha querida noiva, Zenaida Jony!

Resumo

A presente investigação visa analisar o sistema fiscal angolano. No entanto, a perspectiva escolhida tem por base o investimento português realizado no território angolano, bem como as possibilidades de fomentar o mesmo nos próximos anos.

Após um longo período de guerra civil, várias reformas administrativas têm sido adotadas em Angola, sendo necessário analisar o impacto do investimento direto estrangeiro (IDE) no território. De facto, o IDE é um dos motores de crescimento económico nos países em desenvolvimento, sendo importante analisar o impacto do mesmo no crescimento e na política de repatriamento de lucros das empresas com sede ou direção em Angola.

Palavras-chave – impostos; investimento direto estrangeiro; fiscalidade

Abstract

This research aims to analyze the Angolan tax system. However, the perspective chosen is based on the Portuguese investment in Angola, as well all the possibilities to foster this growth in the coming years.

After a long period of civil war, several administrative reforms have been adopted in Angola, being necessary to analyze the impact of foreign direct investment (FDI) in the territory. In fact, FDI is one of the engines of economic growth in developing countries and it is important to analyze the impact of that growth and profit repatriation policies of companies with headquarters or direction in Angola.

Keywords – taxes; foreign direct investment; taxation

Agradecimentos

Ao terminar esta dissertação de Mestrado, gostaria de agradecer, em primeiro lugar, a Deus, todo-poderoso, por todas as maravilhas e bênçãos que me tem concedido ao longo da minha vida.

Um agradecimento sentido ao meu orientador, Professor Doutor Joaquim Miranda Sarmiento, pela paciência, disponibilidade de tempo, pelo rigor científico, críticas, sugestões concedidas, sempre com a finalidade de melhorar este trabalho.

Ao coordenador do mestrado, Professor Doutor Paulo Alexandre Guedes Lopes Henriques, pela persistência, incentivo e conselhos, sempre que foi necessário.

Ao Professor Doutor Pedro Verga Matos pela dedicação, apoio e transmissão de conhecimentos.

Aos meus pais pelo incentivo em manter uma atitude forte de luta e nunca desistir dos objetivos traçados.

Aos meus irmãos e sobrinhos, obrigado pelo carinho e admiração sentida.

À minha noiva, Zenaida Jony, pelo carinho e compreensão.

Ao pessoal da Safil, sempre disponíveis em tudo o que fosse necessário.

Aos meus amigos Lourenço Veniça e Maurício Sita Bento pelo companheirismo.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a apresentação deste trabalho.

Índice

Resumo	3
Abstract	3
Agradecimentos	4
Índice	5
Índice de Tabelas	6
Índice de Gráficos	6
Introdução	7
Capítulo I – Investimento Direto Estrangeiro – introdução crítica	10
1.1. Investimento Direto Estrangeiro (IDE)	11
1.2. Determinantes do investimento direto estrangeiro	14
1.3. Fiscalidade e Investimento Direto Estrangeiro	17
- Os incentivos fiscais e o IDE	18
1.4. Estudos sobre a realidade africana	20
Capítulo II – Enquadramento Metodológico	22
2.1. Breve apresentação metodológico do estudo	22
Capítulo III – Sistema Fiscal Angolano	24
3.1. Breve caracterização económica de Angola	24
3.2. Sistema fiscal angolano em detalhe	25
- Tributação sobre sociedades	26
Capítulo IV – Investimento Direto Estrangeiro em Angola	30
4.1. Breve caracterização de Angola	30
4.2. Quadro legal do IDE em Angola	31
4.3. Evolução do IDE em Angola	33
Capítulo V – A Tributação das Empresas Estrangeiras	35
5.1. O imposto industrial	35
5.2. Regime legal dos incentivos fiscais ao IDE	37
5.3. Tipos de benefícios	39
Capítulo VI – Investimento Direto Estrangeiro entre Portugal e Angola	41
6.1. Evolução do IDE entre Portugal e Angola	41
6.2. Incentivos fiscais ao IDE do sistema fiscal angolano	44
6.3. Soluções fiscais para o IDE Português em Angola	45

6.4. Formas de repatriamento dos lucros	48
Conclusões.....	50
Referências bibliográficas.....	52

Índice de Tabelas

Tabela 1. Fatores de Localização do IDE	16
Tabela 3.1. Indicadores Económicos de Angola	24
Tabela 3.2. Principais impostos incidentes sobre o investimento direto estrangeiro ..	28
Tabela 4.1. Crescimento do PIB real – ótica da produção	30
Tabela 4.2. Investimento direto estrangeiro em Angola (por país)	34
Tabela 6.1. Incentivos fiscais ao IDE	45
Tabela 6.2. Benefícios fiscais ao IDE – Breve Descrição	48

Índice de Gráficos

Gráfico 6.1. Crescimento anual do IDE português em Angola	42
Gráfico 6.2. Crescimento anual do IDE português em Angola (variação percentual) ..	43
Gráfico 6.3. Peso de Angola (%) no IDE Português.....	43
Gráfico 6.4. Posição de Angola no IDE Português	44

Introdução

O presente trabalho de investigação surge como o culminar do Mestrado em Ciências Empresariais, lecionado no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa.

A presente investigação resulta da necessidade de aprofundar os conhecimentos sobre a realidade fiscal do sistema económico angolano (Sanches, 2010), sendo que para o desenvolvimento do mesmo, optamos por incidir essa análise sob o prisma do investimento português em Angola.

Situada na costa ocidental de África, a República de Angola foi durante cerca de cinco séculos uma colónia do Império Colonial Português, tendo declarado a independência a 11 Novembro de 1975 (a independência foi declarada pelo Movimento de Libertação de Angola em Luanda). Apesar da independência ter sido declarada há cerca de 40 anos, a guerra civil vivida no território até 2002 viria a impedir um conjunto de reformas estruturais no país.

O rápido crescimento económico do país, verificado após o fim da guerra civil, bem como a estabilização do regime político, liderado pelo Presidente José Eduardo dos Santos, permitiu a adoção de um conjunto de passos estruturais para a reforma administrativa e fiscal de Angola, tornando-se um destino atrativo para o investimento estrangeiro.

Por sua vez, verifica-se em muitos países com economias em desenvolvimento a necessidade de recurso ao investimento estrangeiro, como método primordial de promoção do crescimento económico e modernização das infraestruturas do país (Carkovic e Levine, 2002 e Ford, Rork e Elmslie, 2008).

Considerando que o investimento estrangeiro num país apresenta-se como uma das alavancas para o seu desenvolvimento económico (Mencinger, 2003), o presente estudo contribui igualmente para “desbravar terreno” numa área académica pouco estudada, até porque está em constante evolução, face ao volume de negócios transacionados entre Angola e Portugal.

Se atendermos ao crescimento verificado na última década podemos afirmar que Angola viveu um acelerado período de crescimento económico, embora permaneça no

quadro de “países em desenvolvimento”, face à sua posição no próprio Índice de Desenvolvimento Humano (em 2013 Angola ocupava o 149º lugar do IDH). A este facto não é alheia a situação de parte do tecido económico estar dependente do setor petrolífero e de parte da população apresentar baixos níveis de instrução, com fortes assimetrias regionais verificadas em todo o território angolano.

No entanto, o crescimento económico verificado, bem como os extensos recursos naturais (por exemplo, reservas de minerais e de petróleo) têm permitido servir de mote para o investimento estrangeiro no país. O presente trabalho não parte em busca de respostas para este grau de atratividade, tema lato e que nos conduziria a um outro modelo de investigação. Partimos, antes, para a análise do impacto do sistema fiscal em Angola de acordo com a visão do investimento português no país.

De acordo com Elsher e Vanborren (2009), o impacto da tributação depende de uma série de características do sistema fiscal, nomeadamente da taxa de imposto estatutária, dos subsídios de capital do tratamento de rendimentos estrangeiros, dos impostos pagos pela riqueza da empresa, do tratamento ao nível da empresa e pessoal, dos dividendos pagos pela empresa e dos impostos sobre os ganhos de capital, pelo que se observa a complexidade de todo este processo.

Através desta visão sucinta, percebe-se que o sistema fiscal de um país é um fator essencial na decisão da localização de um determinado investimento, uma vez que afeta o custo de capital (taxa mínima de retorno antes de imposto exigida pelos investidores). Desta forma, e tendo em conta que o custo de capital é igual a taxa de juro real de mercado, na ausência de impostos, se o peso da tributação reduzir o custo de capital para valores abaixo da taxa de juro de mercado, então o mesmo condiciona a escolha de investimento das empresas sobre investimentos alternativos.

Este é o cenário que se apresenta aos investidores estrangeiros, no momento de negociação das condições de entrada no país.

Este trabalho tem como objetivo responder a duas questões fundamentais e que constituem o cerne da presente investigação, a saber: em que medida o impacto fiscal das decisões de investimento português em Angola é favorável e em que medida o processo de repatriamento dos lucros do investimento português em Angola é determinado e concretizado.

Para darmos corpo ao presente estudo, dividimos a investigação em seis capítulos. No primeiro capítulo, percorremos o estado de arte sobre o objeto de investigação em causa. De facto, embora os limites da investigação sejam recentes (o investimento português em Angola na última década), a questão do investimento estrangeiro e das leis de oferta e procura desse tipo de investimento são transversais a diversas épocas e sociedades.

No segundo capítulo apresentamos de forma mais detalhada o nosso objeto de estudo, bem como a metodologia a adotar, de modo a darmos resposta às nossas perguntas de partida. A delimitação do objeto de estudo, bem como os passos seguidos ao nível da metodologia e do afunilamento científico é determinante obtermos uma visão coerente e estruturada do tema em análise. Só com este pressuposto, poderíamos avançar na caracterização do sistema fiscal angolano (capítulo 3), resultado precisamente de um década de intenso crescimento económico e de uma maior estabilidade política e social após o fim da guerra civil.

O capítulo 4 é composto por uma visão genérica sobre o investimento direto estrangeiro (IDE) realizado em Angola, sendo que neste ponto importa referir que optamos por uma visão global e não detalhada, ou seja, a abordagem tem como motivação caracterizar em traços gerais este fluxo de investimento, em vez de detalhar por país ou sector de proveniência. Este capítulo é complementado com uma abordagem ao regime de tributação das empresas estrangeiras (capítulo 5) em Angola e os principais incentivos à sua fixação no território.

O último capítulo aborda o investimento português realizado em Angola, bem como as principais soluções de repatriamento do lucro verificadas, o que nos permitirá ir ao encontro dos objetivos gerais e específicos da presente investigação.

Capítulo I – Investimento Direto Estrangeiro – introdução crítica

Nenhuma análise sobre o impacto da fiscalidade na atração do investimento estrangeiro (investimento direto externo) poderá ser realizada sem percorremos um conjunto de conceitos centrais e que nos permitem ter uma visão global sobre o funcionamento do investimento externo, as barreiras e os mecanismos que garantem a sua aplicação. Nesse sentido, não poderíamos deixar de analisar o conceito de investimento direto estrangeiro, nomeadamente os fatores económicos determinantes para a atração desse investimento, bem como a influência da fiscalidade em todo este processo de captação de investimento no contexto angolano

De acordo com Mencinger (2003), o investimento direto estrangeiro é, normalmente, considerado como um mecanismo/instrumento de crescimento económico, sendo regularmente utilizado quer por estados de países em desenvolvimento, quer por instituições políticas e económicas interessadas na promoção do desenvolvimento desses países. Neste contexto, trata-se de uma forma célere e eficaz de economias mais frágeis garantirem níveis de crescimento mais significativos e sustentados (Carcovic e Levine, 2002). Estes mecanismos de ação podem ser assegurados através de benefícios fiscais ou mesmo empréstimos bonificados (Hanson, 2001), sendo que Lorenz (2007) refere que existe actualmente uma crescente mobilidade dos fatores de produção, mais concretamente de capitais, que incentivam e promovem a procura de investimentos externos. No entanto, convém referir que nem sempre o investimento direto estrangeiro funcionará como uma alavanca para o desenvolvimento económico do país, podendo funcionar como uma barreira ao desenvolvimento das empresas nacionais, coartadas no seu funcionamento face à deslocação de recursos para as empresas estrangeiras.

Neste processo, a tributação tem um papel fundamental na gestão de tomada de decisões (Hanlon e Heitzman, 2010), nomeadamente pelo facto de ser comum a utilização da política orçamental por parte dos governos de forma a proporcionar incentivos ou barreiras ao próprio investimento. De facto, os efeitos da política de fiscalidade e destes impostos condicionam as decisões empresariais e determinam, num certo grau, a eficácia da política orçamental.

De um modo esquemático, pode-se afirmar que a base da tributação sobre as empresas é calculada através dos lucros ou rendimentos de uma determinada empresa. Os autores salientam que é importante compreender que as diferentes bases tributárias em vigor poderão levar a diferenças significativas nos pagamentos dos impostos sobre a mesma atividade básica, mesmo que a taxa de imposto sobre as empresas seja idêntica nos diferentes países, como por exemplo, um país que ofereça incentivos fiscais à depreciação torna-se mais atrativo para o investimento, por outro lado, um país que apresente incentivos fiscais para lucros auferidos no exterior revela-se um local privilegiado para a constituição de uma sede de empresas internacionais. Convém referir que este fluxo é bastante usual em multinacionais, que vão deslocando a/s sua/s sede/s de acordo com os interesses económicos e fiscais existentes.

Dentro da complexidade fiscal observada, Frenkel, Razin e Sadka (1990) salientam que o tratamento fiscal usado pelos países de forma a tributar o rendimento estrangeiro das empresas residentes e o rendimento das empresas não residentes pode ser feito tendo em conta duas formas distintas: no primeiro caso, o imposto pago no país estrangeiro é deduzido do lucro tributável no país de origem, enquanto que no outro caso, o imposto pago no estrangeiro, é deduzido na responsabilidade fiscal do país de origem, ou seja, empresa recebe um crédito fiscal no valor do imposto que pagou para deduzir na obrigação fiscal resultante deste lucro.

1.1. Investimento Direto Estrangeiro (IDE)

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE, 2002) apresenta o IDE como “uma categoria de investimento transfronteiriço, feito por um residente numa economia (investidor direto) com o objetivo de estabelecer um interesse duradouro numa empresa (empresa de investimento direto), que é residente numa economia que não a do investidor direto”.

Ou seja, quando abordamos a questão do IDE referimo-nos às empresas ou investidores estrangeiros (país emissor), envolvidos num processo de criação ou participação em algum investimento no país recetor. Por esse motivo, é possível afirmar que o IDE é um mecanismo potenciador de riqueza se utilizado e gerido de forma racional, nomeadamente através de rigorosos estudos sobre a capacidade das economias

nacionais assimilarem esse investimento externo e potenciarem os seus benefícios em prol da população. Estes estudos devem ter em consideração um conjunto de estratégias que visem a minimização do risco de perda de capital, em caso de insucesso da iniciativa (Caetano e Galego, 2009). Ou seja, as vantagens e desvantagens da sua implementação devem estar bem presentes junto dos decisores políticos.

Por sua vez, é possível encontrar outras perspectiva do IDE. De facto, Krugman e Obstfeld (2005) afirmam que o investimento direto estrangeiro funciona como a representação de fluxos de capitais em que uma empresa residente num dado país cria e expande uma subsidiária num outro país. Este tipo de investimento tem como principal característica, não simplesmente a transferência de recursos, mas também, a ampliação da estrutura organizacional da “empresa mãe”. No mesmo segmento, pode-se afirmar que o IDE se estabelece na aquisição de ativos por entidades não residentes, conservando estas um controlo duradouro com vista à obtenção de fluxos contínuos de rendimentos e de um melhor posicionamento a nível internacional.

Dito de outra forma, podemos sintetizar que o IDE constitui, nos globalizados mercados económicos, uma importante variável de formação do capital, podendo gerar um impacto significativo no crescimento de países em desenvolvimento. Embora detentores de vasta mão-de-obra e, muitas vezes, importantes recursos naturais, estes países caracterizam-se por necessitarem de recursos financeiros para colocar em marcha um conjunto de reformas económicas e planos de crescimento sustentável.

Com base nestes contributos, verifica-se uma relação durável na cooperação entre as empresas envolvidas (países de origem e países recetores), facto atestado numa participação significativa ou num controlo eficaz, que, segundo a noção apresentada pelo Fundo Monetário Internacional, *IM's Balance of Payment Manual (2010)* OCDE (2002), Comissão Europeia CE (2014), Nações Unidas (2012) e pelo Banco Mundial (2012), se concretiza através de uma participação mínima de 10% ou um considerável poder de decisão por parte da empresa residente. Apesar destas instituições considerarem uma participação de 10%, tal não se afigura como suficiente para que se obtenha, segundo Fontoura (1997), um efetivo consenso em relação aos valores mínimos de participação, apresentando estes uma variação entre os 10% e 25% na maioria dos Países.

O IDE pressupõe, por isso, a existência de transação de fluxos de investimento pertencentes a um não residente que, segundo Dunning (1999), poderá traduzir-se em capital, tecnologia, *Know-how*, técnicas de gestão, liderança e acesso a mercados externos. Uma conclusão análoga foi extraída por Fontoura (1997), pelo que ambos os autores manifestam concordância acerca do facto de o controlo desses recursos encontrarem-se nas mãos do investidor que, por sua vez, procede à sua transferência para o país de investimento.

Realça-se que essas transações efetuadas pelos investidores às empresas residentes, estabelecem uma relação de longo prazo, como advoga Bourguinat (1992), ao considerar que no IDE se originam fluxos de trocas e produção bem como repatriamento de lucros que se propagam por longos períodos, podendo tais lucros ser distribuídos ou reinvestidos.

No caso angolano, o conceito de IDE revela-se próximo da noção de investimento externo apresentada pela Agência Nacional de Investimento ANIP (2013), considerando o investimento como sendo a introdução e utilização em Angola de recursos pertencentes a pessoas singulares ou coletivas, não residentes cambiais, com vista à implementação ou continuidade de determinada atividade económica. Ora, esse investimento poderá ser efetuado em Angola através da introdução de moeda estrangeira, tecnologia, *know-how*, equipamentos corpóreos e ainda mediante a aquisição de participações de empresas de direito angolano, domiciliadas em Angola ou também por via da criação e da aquisição de partes ou da totalidade do capital das empresas.

A literatura existente quanto à definição do conceito de IDE leva-nos a inferir que este implica a existência de fluxos de investimentos pertencentes a não residentes, os quais são investidos em empresas detentoras de algum poder de decisão ou de um número mínimo de participação social, suscetível de influenciar as decisões tomadas no seio da empresa, estabelecendo-se, dessa forma, uma relação estável e duradoura, a qual se repercutirá na concessão de benefícios para o investidor.

1.2. Determinantes do investimento direto estrangeiro

A decisão ligada ao Investimento Direto Estrangeiro tem implícita a corrente de fluxos entre as fronteiras dos países envolvidos, sendo, por isso, importante perceber os fatores que motivam a escolha do país de destino do investimento. Não cabe na presente análise abordar ou nos alongarmos sobre as diversas teorias explicativas do investimento direto estrangeiro, no entanto convém referir que é possível elencar um conjunto de fatores que podem determinar o grau de atratividade e captação do IDE, tal como a localização do país (Stern, Porter e Furman, 2002), a proximidade geográfica (Martin e Velázquez, 1997), nomeadamente o nível de concentração de atividade económica na região; o estado geral das infraestruturas; a dimensão do mercado nacional, o grau de concorrência e as taxas de crescimento económico, bem como o ambiente político e legal vigente; o sistema fiscal e as características da mão-de-obra.

Dentro das diversas teorias destacam-se a teoria da vantagem monopolista; a teoria do comportamento oligopolístico; a teoria da internalização; a teoria dos custos de transação; a teoria das vantagens de localização e a teoria do ciclo de vida do produto (Knickerbocker, 1973; Buckey e Casson, 1976; Hymer, 1979; Medina, 2005; Sánchez e Camacho, 2007 e Ferreira et al., 2011).

Dentro destas possíveis variáveis, Gulamhussen (2009), refere que o controlo da corrupção, a eficiência dos países destinatários do investimento, a estabilidade política dos mercados destinatários influenciam, de forma decisiva, a entrada do investimento direto estrangeiro. Por sua vez, uma dos fatores que pode diminuir o IDE, são as elevadas taxas de juros dos países recetores do IDE (Bellak *et al.*, 2008). No mesmo segmento, North (1990 e 2005) considera que as instituições e o sistema legal podem ser fatores determinantes para a captação de investimento direto estrangeiro.

A literatura sobre os fatores de localização para o IDE é vasta, entre outros autores como Dunning (1995), Lucas (1993) e Cheung e Qian (2009). De acordo com Dunning (1995), analisando o paradigma OLI (*owneship, localization, internacionalization*), também designado como Teoria Eclética, trata-se de um modelo que consiste na apresentação de três grandes condições a ter em conta no processo de internacionalização, a saber: a propriedade (O), a localização (L) e a internacionalização (I). Ao apontar o fator localização, este autor colocou o acento tónico na importância da

existência de vantagens no país de acolhimento face ao país investidor, vantagens que abrangem a esfera económica, social e política.

Num outro estudo elaborado por Erdal e Tatoglu (2002) sobre o investimento na Turquia, os autores apresentam alguns determinantes para a escolha da localização, que incluem variáveis como a dimensão do mercado e o crescimento económico, sendo que diretamente associado a estes vetores encontra-se a mão-de-obra qualificada (Buckley e Casson, 1976) e as próprias infraestruturas.

Assim sendo, vários são os aspetos considerados na própria definição de localização, aspetos esses transversais ao sistema político, jurídico, fiscal e cultural do país, o que tem um impacto direto na atividade económica. De facto, o próprio ambiente económico tem sido apontado como um importante determinante nos fluxos de investimento (Grossman e Helpman, 1991), nomeadamente se tivermos em linha de conta os custos de produção em cada país. Estes custos de produção estão ligados ao próprio peso do custo da matéria-prima, que varia de forma substancial em cada país.

Os determinantes da localização de IDE têm, segundo a literatura existente, variado ao longo do tempo, surgindo novos determinantes ou reduzindo-se a importância dos já referidos. É um processo contínuo e em sistemático movimento, na procura dos maiores ganhos de competitividade possíveis.

Um estudo elaborado pela UNCTAD (*United Nations Conference on Trade and Development*) procurou condensar todos os determinantes, sendo pertinente elencar alguns deles, como sejam:

- Dimensão e crescimento do mercado;
- Existência de recursos naturais;
- Existência de Infraestruturas;
- Estabilidade política e cambial;
- Mercado de trabalho;
- Incentivos fiscais e monetários.

De acordo com Slemrod (1989), os mesmos referem que as taxas de impostos podem afetar as decisões de investimento das empresas multinacionais, porque diminuem o retorno do investimento. Estes autores evidenciam que com o aumento nos impostos, as empresas procuram outros mercados para o exterior.

Através da Tabela 1. é possível descortinar uma síntese dos principais fatores existentes na literatura sobre a localização do Investimento Direto Estrangeiro.

Tabela 1. – Fatores de localização do IDE

Fatores de atração de IDE	Descrição	Referências
Estabilidade económica, política e social	A ausência destes fatores pode diminuir o fluxo de IDE para o país recetor.	Lucas (1993); Schneider e Frey (1985).
Nível de concorrência	Existe uma correlação positiva entre a presença estrangeira e a concentração de mercados nas indústrias de mercados de países recetores.	Dunning (1988).
Instituições e sistema judiciário	As instituições podem ditar as regras de jogo.	North (2005); Coase (1937).
Impostos e taxas	As taxas domésticas e estrangeiras afetam o incentivo em investir em IDE, bem como o seu financiamento.	Slemrod (1989).
Localização	O volume de transações entre dois países tende a aumentar se os seus rendimentos ascenderem e a diminuir se a distância entre ambos aumentar.	Cechella <i>et al.</i> (2009); Buckley e Casson (1976).
Dimensão de mercados	Os mercados suficientemente grandes permitem economias de escala e especialização do custo de produção.	Agarwal (1980); Yang (2000).
Política comercial	Os países que são mais abertos ao comércio internacional, tendem a investir mais e receber mais.	Lipsey (2000).
Infraestruturas	Boas infraestruturas diminuem os custos de transação, facilitando a especialização internacional e a escolha da localização da indústria.	Dunning (1999); União Africana (2001).

Tabela do autor. Consulta da bibliografia indicada na tabela.

1.3. Fiscalidade e Investimento Direto Estrangeiro

Atualmente o mundo encontra-se mais globalizado, havendo maior circulação de pessoas e bens, o que tem catapultado os diversos países a adotarem uma política fiscal tendente à atração de IDE, de modo a garantir o aumento da produtividade, o crescimento e o desenvolvimento económico, através da implementação de diversas políticas, designadamente de natureza fiscal que, além de atrair o IDE, incentivam o mesmo.

Barlow e Wender (1955) concluíram que os incentivos não foram encarados como fator relevante na decisão estratégica de IDE, num levantamento realizado pelos autores a 247 empresas norte americanas. Com o objetivo de conhecer as estratégias em investir no exterior, perguntaram quais as condições exigidas antes de investir no exterior, sendo que apenas 10% das empresas listadas responderam favoravelmente que os impostos são fundamentais para o IDE. Em sintonia com esta posição verifica-se, que, apesar de considerar que os fatores diretamente ligados à área da fiscalidade, exercem alguma influência, não se considera particularmente significativa na tomada de decisões de IDE.

Apesar das inúmeras considerações que destacam a fraca relevância dos fatores de natureza fiscal na decisão de investimento, alguns autores consideram que a fiscalidade possui um papel de relevo na atração de IDE. É o caso de Slemrod (1989), acrescentando este último que além do papel da fiscalidade na captação de investimento, a sua função se cumpre igualmente, de forma relevante, na consolidação do mesmo.

A literatura sobre o papel da fiscalidade na captação de IDE é vasta, mas nem por isso consensual. Bird (2011) aponta que os trabalhos existentes dispõem de pouca informação consolidada acerca da eficiência e da eficácia dos fatores fiscais enquanto incentivos ao IDE, considerando que alguns fatores podem ser úteis e outros não. Estudos elaborados pela OCDE e outros organismos internacionais revelam que a sensibilidade do IDE aos estímulos fiscais depende de outros componentes, tais como: o sector de atividade, o ciclo económico, as condições estruturais, bem como as políticas dos países, o que também se verifica na argumentação dos investidores veiculada pelo estudo elaborado da CMCG, Capital Market Consultative Group (2003), pois, apesar de

alguns investidores considerarem que os estímulos fiscais granjeiam um importante papel na decisão de IDE, um grande número de investidores considera que os estímulos fiscais não podem substituir uma política de estabilidade, de disponibilidade de infraestruturas, de bons indicadores macroeconómicos e de um sistema legal transparente e aplicável.

Em suma, apesar de a fiscalidade não ser vista por todos como fator de atração de IDE, ela não deixa de ser utilizada pelos governos como instrumento de política económica para atrair investimento, direcionando-a, muitas vezes, para lugares, sectores ou projetos específicos.

- Os incentivos fiscais e o IDE

De acordo com Pereira (2011), os incentivos fiscais podem ser entendidos como a derrogação das regras gerais de tributação que se traduzem numa vantagem, para a realização de um objetivo económico e social. Neste conceito está subjacente uma natureza excecional o que permite diferenciar os incentivos fiscais de situações de não sujeição tributária. Nesse sentido, os incentivos fiscais são sempre caracterizados como instrumentos de política económica com objetivos económicos e sociais, e também outros fatores que possam relevar a sua característica excecional em relação ao seu normal funcionamento.

Ou seja, sem um objetivo que possa fundamentar uma vantagem, não é considerado incentivo fiscal. Desta forma os incentivos fiscais não devem ser criados sem que haja um objetivo principal superior ao princípio da igualdade para todos os contribuintes.

Em termos teóricos, os incentivos fiscais estão enquadrados nos gastos fiscais do estado. Estes gastos assentam em dois elementos: o primeiro tem a ver com a própria estrutura que é importante para que seja ativado o imposto sobre o rendimento, como a delimitação do rendimento que será tributado, as taxas e os níveis de isenção, enquanto que o segundo aspeto tem a ver com os desagravamentos que vão ser as derrogações efetuadas, o que gera determinados benefícios para algumas empresas.

De um modo geral, os incentivos fiscais pretendem motivar os sujeitos passivos, tendo, por esse motivo, uma natureza dinâmica, geradora de investimento. Tal como

referimos, os benefícios fiscais tem como objetivo fundamental promover as políticas económicas e sociais do estado, sendo moldadas de acordo com o ciclo económico e o setor em causa.

Para além dos objetivos económicos e sociais, podem ser analisados outros objetivos para os incentivos fiscais que vão desde o incentivo ao investimento produtivo, poupança e aplicação de capitais, ao emprego, etc. Ou seja, a política de fiscalidade tem um impacto abrangente em todo o setor económico. De um modo geral, tal como saliente Pereira (2011) os estados fornecem um conjunto de exceções às regras gerais de tributação, de forma a desencadear os incentivos fiscais, designadamente:

- Redução de taxas de impostos: apesar de existir uma taxa para determinada categoria de rendimento, os governos permitem que seja aplicada, em determinadas situações, uma taxa inferior para estes rendimentos. Este tipo de incentivo poderá dizer respeito à taxa de tributação do lucro das empresas ou dos lucros distribuídos, ambas de extrema importância no âmbito da ponderação que possa levar à decisão de recorrer ao IDE;
- Isenções fiscais: surgem para afastar, temporariamente ou definitivamente, determinadas situações que, regra geral, a lei prevê como suscetível de tributação;
- Exclusões tributárias: determinadas situações não são abrangidas no âmbito da aplicação de determinadas normas;
- Deduções: possibilidade de reduzir a carga fiscal através da consideração total ou parcial de certos encargos (ex. regime das amortizações e das reintegrações);
- Amortizações e reintegrações aceleradas: sendo estas modalidades contabilísticas, permissivas do apuramento do lucro da empresa, quando “aceleradas”, conduzem à redução do lucro tributável (fator de incentivo);
- Reporte de prejuízos: existindo num determinado exercício um prejuízo fiscalmente aceite, o mesmo pode ser deduzido em exercícios seguintes;
- Créditos de imposto: este incentivo fiscal não recai diretamente sobre o lucro tributável das empresas, mas sobre o valor do imposto a pagar.

Em conclusão, os incentivos fiscais visam o alcance de objetivos definidos pelos governos, sendo que as modalidades de incentivos fiscais acima elencados e descritos poderão revelar-se eficazes na captação de IDE, o que se verifica quando o comportamento dos agentes económicos for impulsionado para o cumprimento dos objetivos que estiveram na base, justamente, da implementação de tais incentivos. A escolha das modalidades de incentivos dependerá das circunstâncias específicas de cada país. No entanto, para lá do poder de soberania que cada país possui em sede legislativa, os incentivos tendem a seguir as orientações internacionalmente aceites.

1.4. Estudos sobre a realidade africana

Com vista à angariação de um maior volume de investimento estrangeiro, vários países da África Austral adotaram um conjunto de reformas fiscais, cujo principal foco era permitir uma maior integração/harmonização económica, permitindo criar bases estáveis ao investimento estrangeiro.

De um modo global, estima-se que os países que compõem a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) (criada em 1992 é composta pelos seguintes países: África do Sul; Angola; Botswana; República Democrática do Congo, Lesoto; Madagáscar; Malawi; Maurícia; Moçambique; Namíbia; Suazilândia; Tanzânia; Zâmbia e Zimbabué) possam representar um Produto Interno Bruto de 470 bilhões de dólares. Tem como objetivo a promoção do crescimento e desenvolvimento económico sustentável, a erradicação da pobreza e o melhoramento da qualidade vida dos seus povos. Ao mesmo tempo, visa criar as bases para o desenvolvimento de uma cultura política comum e de um conjunto de sistemas de instituições comunitárias, promover a eficiente utilização dos recursos da região e reforçar os laços existentes entre os povos.

A criação de um conjunto de plataformas de diálogo e negociação, visa igualmente terminar com o sistema de dupla tributação entre os países desta região, o que poderá fomentar as trocas comerciais e os fluxos económicos entre os países. Neste contexto, os passos dados por Angola nos últimos anos poderão ser determinantes para aprofundar as reformas em curso na SADC, nomeadamente ao nível do sistema fiscal e financeiro.

A necessidade deste conjunto de reformas deve-se à maior abertura das económicas africanas ao processo de globalização, sobretudo às pontes de contato com o investimento asiático no continente. Apesar destes progressos, a fiscalidade em África carece ainda de uma atenção específica, nomeadamente pela falta de regulação em alguns setores e pela instabilidade política vivida em muitos países.

No entanto, os estados africanos um sistema fiscal mais atrativo, para empresas investidoras, devem ter como ponto principal, a questão da segurança e transparência quando se tratar da fiscalidade e de certa forma tomar medidas para o seu funcionamento e cumprimento começando com a simplificação fiscal, passando pela criação de entidades que possam melhorar o serviço prestado aos investidores estrangeiros, e criando facilidades de pagamentos através da modernização da máquina fiscal.

As empresas normalmente têm o interesse em negociar o pagamento de impostos mais elevados contra uma redução com os custos administrativos e a previsibilidade e transparência na definição de objetivos. O Egito é um exemplo de sucesso em relação à criação de um gabinete especializado na realização de grandes negócios. Este exemplo serviu de base para que outros países pudessem agir no mesmo sentido, como é o caso de Angola, África do Sul, Zâmbia, Sudão, Níger, Uganda e a Costa do Marfim. Este tipo de concorrência entre os estados para atrair o IDE cria a necessidade de usar frequentemente os incentivos fiscais.

Daí que é necessário a cooperação entre os países de formas a evitar o uso contraproducente de taxas fiscais mais reduzidas que tributem os lucros principalmente nos países com acordo ao comércio livre onde estão normalmente em competição direta por capitais móveis e também colaboração regional. A prioridade deve ser limitar principalmente nas preferências fiscais mais prejudiciais as isenções temporárias e incentivos fiscais à exportação.

Capítulo II – Enquadramento Metodológico

2.1. Breve apresentação metodológico do estudo

Os estudos de caso são utilizados com bastante frequência ao nível das opções metodológicas de investigação (Yin, 2008), sendo que qualquer processo de investigação científica implica a adoção de uma metodologia própria e que vá ao encontro das especificidades do tema a abordar e dos objetivos propostos. Este processo é ainda mais importante no domínio das ciências sociais, uma vez que estamos perante a constante necessidade de confirmar os factos observados, sendo que os mesmos estão sempre sujeitos à sua infirmação.

Ou seja, quando nos propusemos a investigar e a analisar o impacto do sistema fiscal angolano sob a perspectiva do investimento português estamos convictos de não existirem verdades absolutas ou caminhos únicos. No entanto, esta convicção não nos impede de delinear um caminho conducente a um conhecimento mais exato sobre o tema em estudo.

Apesar de algumas críticas à debilidade dos estudos de casos, como métodos para estudar realidades mais amplas, consideramos que tendo em conta inclusivamente o reduzido número de estudos sobre o sistema fiscal angolano, importa enveredar por este caminho. De entre as razões para este caminho está a ideia subjacente da utilidade dos estudos de caso, precisamente em novas áreas de pesquisa e investigação (Eisenhardt, 1989). Ou seja, áreas com um conhecimento muito recente e pouco desenvolvido beneficiam da utilidade de, através de exemplos específicos, compreender conceitos e articular hipóteses de investigação mais amplas.

Este tipo de pesquisa pode ser utilizado para alcançar diversos objetivos, tais como: fornecer uma descrição de fenómenos observados de forma mais detalhada, para desenvolver ou testar uma determinada teoria de investigação (processo de passagem da teoria à prática), e explorar áreas onde o conhecimento existente é limitado ou reduzido. Nesse sentido, apontamos para a vantagem da utilização dos estudos de casos nos primeiros estágios de formação de qualquer área de investigação.

De acordo com Yin (2008), os estudos de caso podem ser utilizados para explorar, descrever ou explicar um determinado fenómeno. As questões que naturalmente se colocam são: "como" e "porquê"? De facto, ao precisarmos as nossas perguntas de partida, facilitamos todo o processo de investigação, sendo que a operacionalização dos conceitos atrás mencionados permite-nos obter com clareza a abrangência do conceito de investimento direto estrangeiro, bem como a dinâmica ao nível das alterações do sistema fiscal em Angola.

Ao analisarmos o sistema fiscal angolano sob a perspectiva do investimento português utilizaremos uma combinação do método descritivo, exploratório, explanatório, com vista a responder às duas questões fundamentais em estudo. No entanto, este processo não poderia ser conduzido sem uma delimitação estrutural ao mesmo, precisamente para garantir a cientificidade do estudo e o rigor na análise. Não se pretende com a presente análise obter generalizações universais, mais próprias das ciências exatas, mas antes evidenciar um conjunto de factos que nos ajudem à teorização deste objeto de estudo. Temos por isso que caminhar no sentido da observação dos detalhes através de casos reais de investimento.

Capítulo III – Sistema Fiscal Angolano

3.1. Breve caracterização económica de Angola

Com a estabilização do sistema político, Angola assistiu, na última década, a um ritmo de crescimento económico bastante significativo. Através da maximização dos recursos naturais e de um maior investimento estrangeiro, o país foi registando um crescimento do Produto Interno Bruto significativo. Para uma melhor compreensão do enquadramento do sistema fiscal angolano e das reformas fiscais adotadas, importa apresentar uma breve caracterização económica de Angola. Petróleo

Tabela 3.1. – Indicadores económicos de Angola

Pertença a Blocos Comerciais	União Africana; SADC; OMC
PIB	124,2 bilhões USD (2013)
PIB <i>Per Capita</i>	2737,88 USD (2013)
Taxa de Inflação	3% (8,23% nos últimos 12 meses)
Principais Indústrias	Petróleo, indústria dos diamantes; ferro; fosfato; bauxita, urânio e ouro; cimento; reparação naval; metalurgia e processamento de peixe.
Balança comercial	+ 2,8 mil milhões de € (último trimestre de 2014)
Dívida Externa	47% PIB

Fonte: Banco Nacional de Angola e INE Angola.

Por sua vez, regista-se que nos últimos 4 anos se mantêm inalterados os principais fornecedores de Angola, com Portugal a liderar a lista, seguido da China e dos Estados Unidos da América. Ganha, por isso, maior relevo estudar o impacto do sistema fiscal angolano na perspectiva do investimento português.

3.2. Sistema fiscal angolano em detalhe

Quando se procura definir de forma mais exata o sistema fiscal e os seus objetivos, importa ter presente que os impostos se devem articular no sentido de responderem aos desafios da máquina do Estado.

De acordo com Pereira (2011), os sistemas fiscais podem ser desenvolvidos de acordo com uma multiplicidade de critérios, tais como critérios sociopolíticos e critérios socioeconómicos.

O sistema fiscal angolano é caracterizado por uma estrutura cedular, caracterizada pela existência de códigos de impostos para cada tipo de rendimento. Neste âmbito, é estabelecido uma previsibilidade específica do objeto do imposto, as normas para a sua qualificação e todo o processo de execução (distinção entre pessoas singulares ou coletivas).

Atualmente, e de forma sucinta, é possível identificar os seguintes impostos no país: o imposto industrial, o imposto sobre o rendimento do trabalho, o imposto sobre a aplicação de capitais, e ainda o imposto predial urbano, sendo este tributado sobre os rendimentos obtidos de prédios urbanos.

O sistema fiscal integra igualmente os impostos sobre o consumo, os direitos aduaneiros, os impostos diretos de propriedade (ex. o imposto sobre a transmissão de bens imóveis) e os impostos sobre sucessões e doações. Acresce a esta tabela o imposto de selo, nomeadamente aplicado sobre contratos (a maioria referentes ao sistema financeiro).

No que diz respeito ao IDE, os impostos que incidem sobre este tipo de investimento são o imposto industrial (30%), o imposto de consumo tributado (entre 5% e 10%), os direitos aduaneiros (até 30%), o imposto de Sisa (810%), o imposto de selo (entre 1% e 4%) e o imposto sobre o rendimento de trabalho (entre 7% e 10%).

De um modo geral, as sociedades comerciais em Angola são caracterizadas por sociedades por quotas, anónimas e unipessoais, enquanto que as empresas multinacionais com residência em Angola realizam as suas operações através de sucursais ou filiais, gabinetes de representação e/ou consórcios. Esta atividade está diretamente relacionada com o volume de investimento estrangeiro no país e o seu

impacto na economia nacional. A este ponto acrescem as limitações cambiais, impostas/controladas pelo Banco Nacional de Angola.

No que diz respeito à circulação de capital, a lei permite que as pessoas residentes em Angola possam transportar consigo o equivalente a 15.000 USD ou em outra moeda, e os não residentes possam levar cerca de 10.000 USD ou o equivalente noutra moeda. De igual modo, é permitida a transferência para o exterior de 300.000 USD, sem qualquer restrição, desde que estes valores sejam originários de contratos que não excedam esse valor (todas as transferências que excedem esse valor ficam sujeitas ao crivo prévio do Banco Nacional de Angola).

- Tributação sobre sociedades

Considera-se sociedade residente ou localizada em Angola a que tiver sede ou direção efetiva no país, sendo que a base para a tributação das empresas é o lucro obtido, independentemente do país de origem (a tributação é efetuada numa base global).

Os lucros das sociedades em Angola são entendidos como a simples soma matemática dos rendimentos e ganhos obtidos no território, sendo a mesma normal, acessória, ocasional ou principal, após concluídas todas as deduções para a obtenção deste resultado. Por sua vez, os prejuízos fiscais, de acordo com o sistema fiscal angolano, são abatidos consoante o lucro tributável dos três exercícios seguintes (não é permitido reportar prejuízos em relação a períodos anteriores).

As sociedades em Angola estão sujeitas a um imposto industrial (taxa de 35%), sendo o mesmo de 20% em operações associadas ao setor agrícola, silvícola e pecuário. Neste contexto, os dividendos são adicionados à base tributável das empresas para o cálculo deste imposto.

As mais-valias obtidas devem ser adicionadas ao lucro tributável para o cálculo do imposto industrial, sendo que para o cálculo destas, é feita uma correção monetária aos juros e royalties, adicionando-se a base tributável para o cálculo do imposto industrial e serão tributados como rendimentos derivados da atividade comercial a taxa de imposto aplicável em vigor.

A liquidação do imposto industrial é devida no momento em que é apresentada a declaração do mesmo. É também obrigatório o pagamento provisório do imposto industrial mensalmente a 3,5%. Do fluxo do mês anterior, devem ser liquidados nas repartições fiscais através do documento de liquidação de impostos. Após este pagamento o contribuinte recebe um outro documento de arrecadação de receitas como prova do pagamento.

Para compreender o sistema de tributação das sociedades/empresas, importa referir que os dividendos são liquidações feitas retidas na fonte nos impostos sobre aplicação de capitais a uma taxa na ordem dos 10%. Os dividendos pagos em participações sociais a uma taxa de 25% ou mais do capital social em sociedade residentes em Angola há mais de um ano estão sujeitas à tributação deste imposto retido na fonte.

Em relação aos juros que surgem das obrigações suprimimentos ou, instrumentos financeiros, estes correspondem a uma taxa de retenção na fonte nos impostos sobre aplicação de capitais na ordem dos 10% e uma taxa reduzida de 5% que se aplica aos juros do título do banco central e juros de obrigações do tesouro com uma maturidade a 3 anos. Os royalties também estão sujeitos ao imposto sobre aplicação de capitais retidos na fonte a uma taxa de 10%.

Outros pagamentos de terciarização de serviços de assistência técnica e gestão são retidos na fonte na ordem dos 3,5% a 5,25% tendo em conta o serviço que tenha relação com bens imóveis ou não. Esta tem forma de pagamento por conta do imposto industrial devido.

Aos prestadores de serviços em Angola é feita a retenção de natureza liberatória. Os incentivos fiscais são concedidos aos investidores internos e externos, em impostos (industrial, direitos aduaneiros, a Sisa, o imposto incidente sobre a aplicação de capitais e sobre os lucros). Estes incentivos são concedidos de acordo com as normas e regras estabelecidas pela agência do investimento privado ANIP, devendo ser concedidos de acordo com a localização, valor e importância económica do projeto. Importa referir também que Angola não assinou nenhum acordo para evitar a dupla tributação, estando só agora em negociações com Portugal para esse efeito, o que poderá ter um impacto bastante significativo nas relações comerciais entre os dois países.

Tabela 3.2. – Principais impostos incidentes sobre o investimento direto estrangeiro

Imposto Industrial		Imposto de Selo	
Incidência	Lucros de empresas com sede ou direção em Angola.	Incidência	Incide sobre todos os atos (contratos, documentos títulos).
Matéria coletável	Dedução ao lucro do prejuízo e benefícios fiscais.	Matéria coletável	Caso o valor esteja expresso em moeda estrangeira - a equivalência entre as duas moedas é feita pela cotação média do trimestre anterior ao da liquidação.
Taxas	35%	Taxas	1% a 4%
Benefícios	Atribuídos através de acordos com o estado ou outra entidade dotada de poderes legais.	Benefícios	Estado - inclui serviços públicos, estabelecimento e organismos, exclui empresas públicas.
Imposto sobre o Rendimento do Trabalho		Imposto Predial Urbano	
Incidência	Rendimento de pessoas singulares, obtidos direta ou indiretamente pela prestação de serviços a sociedades com sede ou direção em Angola.	Incidência	Rendimentos de prédios urbanos.
Matéria coletável	Grupo A - dedução aos rendimentos brutos do INSS, e componentes remuneratórias não isentas em IRT. Grupo B - 70% dos rendimentos auferidos corresponde ao constante da tabela dos lucros.	Matéria coletável	Rendas recebidas em cada ano subtraídas do valor das despesas de conservação e encargos. Valor vocativo dos encargos e das despesas de conservação.
Taxas	Grupo A - taxas progressivas até 17%; Grupo B - taxa única 30%; Grupo C - taxas de 6,5% a 30%.	Taxas	15% a 30%.
Benefícios	Subsídios diários, abonos e compensações pagas a trabalhadores.	Benefícios	Organismos corporativos e associações económicas. Prédios adstritos ao exercício da atividade sujeitos ao imposto industrial.
Imposto sobre aplicação de capitais		Sisa	
Incidência	Juros e Royalties, repatriamento de lucros.	Incidência	Transmissão a título oneroso de bens imóveis a pessoas a quem fora transmitidos os bens.
Matéria coletável	Lucros distribuídos por sociedades ou sucursais em Angola.	Matéria coletável	Liquidada com base nos valores registados dos títulos.
Taxas	5% a 10%	Taxas	10%
Benefícios	Juros auferidos por instituições financeiras e cooperativas quando sujeito a imposto industrial.	Benefícios	Heranças, donativos, corpos administrativos, etc.
Imposto de consumo		Direitos Aduaneiros	
Incidência	Produção e importação de mercadorias. Pessoas singulares ou coletivas que pratiquem atividade de produção e/ou transformação.	Incidência	Incide sobre a importação de mercadorias, incluindo equipamentos.
Matéria coletável	Bens produzidos em território angolano.	Matéria coletável	Calculada pelo valor aduaneiro de determinada mercadoria.
Taxas	10%	Taxas	Variáveis de 2% a 50%
Benefícios	Bens exportados quando seja feita pelo próprio produtor, matérias primas e bens de equipamentos para indústria nacional	Benefícios	Regime temporário de importação concedendo isenção de direitos aduaneiros a bens reexportados no prazo de 12 meses.

Tabela do autor, com base nos dados da Reforma Fiscal Angolana (PWC, 2014).

Na tabela acima podemos verificar, de forma mais objetiva a lista de impostos em Angola, com a sua caracterização a ser efetuada em quatro parâmetros: a incidência, a matéria coletável, o valor das taxas e os benefícios da sua existência.

Capítulo IV – Investimento Direto Estrangeiro em Angola

4.1. Breve caracterização de Angola

Tal como referimos, a República de Angola foi uma colónia do Império Português até 11 de Novembro de 1975, data da sua independência. Localizada na costa ocidental da África Austral, faz fronteira com os seguintes países: República Democrática do Congo (a norte); Zâmbia (a leste) e com a Namíbia (a sul), estendendo-se numa área de 1.246.700 km².

O país é composto por 18 províncias, registando uma população de cerca de 20 milhões de habitantes, embora se registre uma elevada concentração na capital – Luanda, em virtude de ter sido a cidade menos afetada no período da guerra civil. Mais de uma década após o fim da guerra civil, Angola regista um crescimento médio superior a 10%/ano, sendo que a sua economia se encontra muito dependente da indústria do petróleo e de outros recursos como os minérios de ferro e os diamantes.

Tabela 4.1 Crescimento do PIB real - ótica da produção (milhões)

Variação percentual anual	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014 Proj.	2015 Proj.
PIBpm	13.8	2.4	3.4	3.9	5.2	6.8	4.4	9.7
Sector petrolífero	12.3	-5.1	-3.0	-5.6	4.3	0.9	-3.5	10.7
Sector não petrolífero	14.0	8.3	7.8	9.7	5.6	10.9	8.2	9.2
Outros	1.9	5.9	4.7	9.6	8.3	0.7	6.0	4.5

Fonte: Ministério do Planeamento.

A economia angolana tem registado um rápido e acentuado crescimento, tal como podemos constatar na tabela 4.1. Estima-se que este crescimento se mantenha, sendo o mesmo complementado por uma redução da inflação, o que tornará o país ainda mais atrativo para o investimento estrangeiro.

4.2. Quadro legal do IDE em Angola

Angola é um país com oportunidades de investimento em vários setores de atividade. O governo angolano tem tomado consciência da necessidade de promover o desenvolvimento, do ponto de vista territorial, económico e social, e além disso tem apostado em estratégias de diversificação com vista à dinamização do crescimento económico. Nesse sentido, o governo tem implementado medidas legislativas suscetíveis de potenciarem condições favoráveis à realização de investimento, nacional e estrangeiro, entre as quais se enfatizam as reformas fiscais, com a introdução de alterações significativas a nível dos vários impostos que integram o sistema fiscal angolano, e ainda a aprovação da nova Lei do Investimento Privado (LIP) n.º 20/11, de 20 de Maio de 2011.

A nova LIP veio coligar as matérias regulamentadas pelas leis de bases do investimento privado e a lei dos incentivos fiscais e aduaneiros. Trata-se de uma Lei que fornece as regras e disciplina os procedimentos a seguir com vista à implementação de projetos em Angola, incorporando, igualmente, diretrizes para o acesso aos benefícios concedidos pelo Estado angolano. Os investidores encontram também regulamentadas, através da mesma lei, as suas garantias, direitos e deveres. Apesar disso, esta lei não se aplica a investimentos nos setores petrolífero, mineração de diamantes e financeiro, os quais se encontram sujeitos a legislação setorial, face à importância dos mesmos.

Realça-se que esse novo diploma legal abrange quer os investimentos nacionais, quer os estrangeiros, considerando como investimento externo os projetos económicos, a criação ou representação de empresas por pessoas singulares ou coletivas residentes ou não residentes cambiais e que impliquem a introdução e utilização, em Angola, de recursos como capitais, tecnologias, *know-how*, bens de equipamentos, entre outros, domiciliados dentro ou fora do território nacional.

O investimento estrangeiro realiza-se, assim, através das principais operações legalmente definidas, tais como: a transferência de fundos próprios do exterior; a aplicação, por não residentes cambiais, de disponibilidade externa em contas bancárias em Angola; o reinvestimento externo, ou seja, a aplicação em território angolano da totalidade ou de parte dos lucros gerados por um investimento externo; a importação de máquinas, equipamentos acessórios e outros ativos fixos; a incorporação de tecnologia e *know-how*.

Por sua vez, a concessão de autorização para investimentos estrangeiros encontra-se dependente da aprovação da Agência Nacional para o Investimento Privado, ANIP, organismo que está incumbido da promoção, coordenação, orientação e supervisão do investimento privado, constituindo-se, desta forma, como o responsável pela receção e avaliação das propostas de investimento e pela superveniente emissão do Certificado de Registo de Investimento Privado (CRIP), documento que atribui ao proprietário o direito de investir nos termos nele referidos, selando-se, assim, o contrato entre o Estado angolano, representado pela ANIP, e o investidor.

Através da aprovação desta nova legislação sobre o investimento privado, o governo angolano dá uma clara indicação de que pretende atrair investimentos de elevado valor, tendo, estatuído um montante mínimo de um milhão de dólares por cada projeto e investidor, conquanto existam, supletivamente, canais alternativos para investimentos de valor inferior. O montante estipulado pela nova LIP permitirá aos investidores acederem a benefícios fiscais e, cumulativamente, à autorização de repatriamento de lucros e/ou dividendos.

O repatriamento de lucros, no âmbito da nova LIP, deverá ser realizado de uma forma gradual e proporcional, tendo em consideração a dimensão do investimento e a zona em que este se realize. Acrescenta-se que a sua autorização é limitada no tempo e, consoante o valor do investimento e a zona regional em que seja concretizado o investimento, os lucros não podem ser repatriados antes de terem decorrido dois ou três anos após a conclusão do projeto.

Defende-se que o atual quadro legal para o investimento em Angola tem permitido uma maior seleção e qualificação dos investimentos realizados e, apesar da obrigação respeitante à apresentação de documentação mais exigente, os investidores

encontram-se, claramente, beneficiados, porquanto a lei oferece relevantes garantias de uma menor burocratização e de uma maior celeridade dos processos de negociação e de aprovação dos investimentos estrangeiros.

4.3. Evolução do IDE em Angola

Apesar de todas as limitações existentes, quer em virtude da legislação sobre o investimento privado em Angola, e que, conjuntamente, com outros fatores endémicos e estruturais determina a 181.^a posição que o país ocupa no “*Doing Business 2014*” do Banco Mundial - a estabilidade política, o acentuado crescimento da economia angolana, e principalmente, a garantia de um rápido retorno do capital, tem colocado Angola, desde 1998, como um dos cinco principais recetores de IDE em África.

Se considerarmos o período entre 2003 e 2011, o país conseguiu atrair mais de 58 milhões de dólares, sendo que 80% desse valor foi investido no setor do petróleo. Apesar deste número, o setor dos serviços financeiros angariou um número mais expressivo de projetos de investimento: 42% do total de projetos aprovados. Uma das apostas passa precisamente por diversificar o investimento realizado, diminuindo a dependência do petróleo. Durante este período, Portugal foi o país com o maior número de projetos realizados em Angola, superando países como os EUA, o Reino Unido, a Espanha ou a África do Sul.

Em termos de distribuição geográfica, as províncias de Luanda, Malanje, Benguela, Huambo, Huila, Kwanza Sul e Lunda Norte, têm sido as zonas que assumem maior interesse quanto ao IDE. No entanto, importa ter em atenção que todo o investimento estrangeiro deve servir igualmente para impulsionar o mercado interno, e não bloquear o seu crescimento.

Através da tabela 4.2. é possível verificar a lista de países com o maior volume de investimento em IDE em Angola, bem como os setores em que o investimento tem sido realizado, sendo de destacar a forte liderança de Portugal no ano de 2012.

Tabela 4.2. Investimento Direto Estrangeiro em Angola (por país)

Países que investiram em novos projetos de IDE	Países que investiram em projetos de IDE por criação de emprego	Sectores eleitos para novos projetos de IDE	Contribuição percentual por setor para o total de investimento
Portugal	EUA	Financeiro	42,6%
EUA	Portugal	Carvão, petróleo e gás natural	8,9%
Reino Unido	Alemanha	Negócios	6,0%
Espanha	China	Bebidas	6,0%
África do Sul	Reino Unido	Transporte	5,0%

Fonte: Ernst & Young's 2012 Africa attractiveness survey Building bridges.

As expetativas do Banco Mundial apontam para que o país seja capaz de continuar a atrair IDE, prevendo-se que os fluxos de entrada de IDE em Angola, até 2016, atinjam, em média, 7,6 mil milhões de dólares americanos por ano, conduzindo à criação de aproximadamente 30 mil postos de trabalho.

Capítulo V – A Tributação das Empresas Estrangeiras

5.1. O imposto industrial

A tributação dos rendimentos das empresas em Angola é efetuada com base num imposto único e geral, denominado Imposto Industrial. Este imposto tributa o lucro contabilístico, retificado pelas regras fiscais, realizado pelas empresas que desenvolvem, em Angola, atividades de natureza comercial ou industrial (não sujeitas a imposto sobre o rendimento do trabalho), atividades agrícolas, silvícolas e pecuárias, bem como atividades de mediação ou representação, na execução de contratos de qualquer natureza, nos termos do artigo 1.º do Código do Imposto Industrial.

Importa esclarecer que subjetivamente, este imposto incide sobre as pessoas, singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras, que desenvolvam as atividades acima descritas, desde que sejam residentes e, por conseguinte, tributadas pela totalidade dos lucros obtidos, tanto no país como no estrangeiro ou entidades que possuam domicílio, sede ou direção efetiva no estrangeiro e estabelecimento estável em Angola, sendo estas tributadas pelos lucros imputáveis ao estabelecimento estável situado em Angola e ainda os lucros imputáveis às vendas ou outras atividades exercidas no país que com similitude com aquelas e outras atividades exercidas pelo estabelecimento estável.

Os rendimentos obtidos, para efeito deste imposto, são classificados e tributados de acordo com os seguintes grupos:

- Grupo A: engloba as empresas estatais, as sociedades anónimas e em comandita por ações; as sociedades comerciais e civis sob forma comercial com capital superior a 35 UCF's (Unidade de Correção Monetária); as instituições de crédito, casas de câmbio e sociedades de seguro; as empresas com domicílio, sede ou direção efetiva em Angola ou no estrangeiro, bem como os contribuintes que tenham obtido, na média dos últimos três anos, um volume de negócios superior a 70 UCF's, conforme consta do artigo 6.º do CII.
- Grupo B: são tributados neste grupo os contribuintes que não constam dos demais grupos e que tenham praticado alguma operação ou ato isolado, de natureza comercial ou industrial, conforme consta do artigo 7.º do CII.

- Grupo C: neste grupo são tributados as pessoas singulares que exerçam atividades por conta própria e que não possuam mais de três funcionários, nem disponham de contabilidade organizada, tendo um número máximo de duas viaturas adstritas à atividade, sendo que esta não poderá gerar um volume anual de negócios superior a 13 UCF's, conforme consta do artigo 9.º do CII.

Os contribuintes podem optar pela inclusão no grupo A, mediante menção de tal intenção, até ao dia 31 de janeiro do ano a que o imposto respeite, sendo que, uma vez incluídos no grupo A, só decorridos três anos será possível o regresso ao grupo em que integrem.

A taxa normal de Imposto Industrial é de 35%, podendo ser reduzida a metade, sob autorização do Ministério das Finanças, quando as empresas se constituem em regiões economicamente menos favoráveis. Os rendimentos provenientes de atividades agrícolas, silvícolas e pecuárias, por sua vez, são tributados à taxa de 20%. Certas despesas são sujeitas a tributação autónoma, a taxas que variam entre os 5% e os 30%.

O Código do Imposto Industrial prevê isenções aos rendimentos gerados por:

- o Entidades que limitam a sua atividade à simples administração de prédios próprios;
- o Companhias estrangeiras de navegação marítima e aérea, quando exista reciprocidade de tratamento para com as companhias angolanas.

A liquidação deste imposto é anual, tendo uma antecipação provisória, no caso dos rendimentos enquadrados nos grupos A e B, sendo expectável que estes sejam pagos mensalmente, no decurso do ano de exercício, sendo aplicada a 10% do volume total das vendas a taxa de 35% ou correspondente. A liquidação definitiva é efetuada até ao dia 30 de abril e 31 de maio de cada ano para os grupos B e A respetivamente. Já no caso da liquidação do imposto devido por conta de rendimento respeitante ao grupo C, esta deverá ser efetuada até ao dia 28 de cada ano.

5.2. Regime legal dos incentivos fiscais ao IDE

O regime fiscal angolano revela-se constituído por um número considerável de incentivos fiscais, disponíveis para o IDE. No entanto, para a concessão dos mesmos há um conjunto de fatores tidos em conta, que vão desde o setor de atividade à localização e montante do investimento. Estes incentivos correspondem, essencialmente, a isenções temporárias de Imposto Industrial e Imposto da Aplicação de Capitais e, apesar de alguns dos incentivos constarem dos respetivos Códigos, um maior e mais significativo incentivo, para o investimento estrangeiro, consta da Nova Lei do Investimento Privado n.º 20/11 de 20 de maio, aprovada em 2011.

A nova LIP permite a utilização de uma combinação de incentivos com vista à canalização de investimento, nacional e estrangeiro, especialmente para determinados setores considerados prioritários, bem como para o desenvolvimento de regiões mais desfavorecidas. Assim sendo, nos termos deste novo diploma legal, para o acesso aos incentivos fiscais, os investimentos deverão preencher os seguintes requisitos de interesse económico:

- Realizar o investimento nos seguintes setores de atividade:
 - a) Agricultura, pecuária e indústria de pesca;
 - b) Indústria transformadora;
 - c) Infraestruturas ferroviárias, rodoviárias, portuárias e aeroportuárias;
 - d) Telecomunicações, energia e águas;
 - e) Habitação social;
 - f) Saúde e educação;
 - g) Hotelaria e turismo.
- Realizar investimentos nos polos de desenvolvimento e nas demais Zonas Económicas Especiais de investimento:
 - a) Zona A: província de Luanda e municípios-sede das províncias de Benguela, Huíla, Cabinda e o município do Lobito.

- b) Zona B: restantes municípios de Benguela, Cabinda e Huíla e as províncias do Kwanza Norte, Bengo, Uíge, Kwanza Sul, Lunda Norte e Lunda Sul.
- c) Zona C: províncias de Huambo, Bié, Moxico, Cuando, Cubango, Cunene, Namibe, Malange e Zaire.

Os incentivos fiscais, estipulados nessa nova lei, são concedidos por decisão do Ministério das Finanças, sem prejuízo da competência da ANIP no que concerne ao acompanhamento de todo o processo de aprovação do investimento. A concessão dos incentivos não ocorre, ainda assim, de forma automática nem ilimitada. De facto, a sua concessão está dependente de uma análise e ponderação minuciosa de cada projeto de investimento.

A duração do período de concessão dos incentivos é definida com base no impacto social e económico previsível do investimento, bem como da análise de fatores como o valor de investimento e compromisso de reinvestimento dos lucros, o número de postos de trabalho potenciados e a tecnologia a utilizar. Não deve, no entanto, este período ser superior à vida útil dos equipamentos importados adstritos ao projeto de investimento.

A atribuição dos incentivos, pelo período máximo estipulado, é realizada segundo os seguintes critérios:

- a) Valor investido em cada zona de localização de investimento:

Localização do Investimento	Valor do investimento
Zona A	50.000.000,00 USD
Zona B	20.000.000,00 USD
Zona C	20.000.000,00 USD

- b) O investimento deverá cumprir pelo menos dois dos seguintes critérios:
 - Ser declarado como altamente relevante para o desenvolvimento estratégico;

- Ter capacidade para a criação ou manutenção de, pelo menos, 500 postos de trabalho diretos para cidadãos nacionais;
- Ser capaz de contribuir, em larga escala, para o impulsionamento da inovação tecnológica e da investigação científica no país;
- Conduzir a exportações anuais diretamente resultantes de investimento superiores a 50.000.000,00 USD.

5.3. Tipos de benefícios

A legislação angolana, em matéria de investimento, considera benefícios ou incentivos fiscais as deduções à matéria coletável, as deduções à coleta, as amortizações e reintegrações aceleradas, o crédito fiscal, a isenção e redução de taxas de impostos, o diferimento no tempo do pagamento de impostos e outras medidas fiscais de carácter excecional que beneficiem o investidor contribuinte. Todavia, para o caso do investimento estrangeiro a lei prevê apenas três modalidades de incentivos fiscais, a saber: a isenção ou redução do imposto industrial, a isenção ou redução percentual do imposto sobre a aplicação de capitais e a isenção e redução do Imposto de SISA, nos termos e condições abaixo indicadas.

A. Isenção ou redução do Imposto Industrial

A concessão deste incentivo é feita por um período de tempo determinado, a contar do início da laboração de pelo menos 90% da força de trabalho. Em caso de redução, esta não deverá ser superior a 50% da taxa de imposto. É tido em conta a localização do investimento, conforme tabela abaixo.

Localização do Investimento	Período da Isenção/Redução
Zona A	1 a 5 anos
Zona B	1 a 8 anos
Zona C	1 a 10 anos

B. Isenção ou redução do imposto sobre aplicação de capitais

Relativamente aos lucros distribuídos aos sócios, as empresas poderão usufruir de uma isenção ou redução do percentual do imposto sobre aplicação de capitais, por período de tempo definido com base na zona de investimento.

Localização do Investimento	Período da Isenção/Redução
Zona A	Até 3 anos
Zona B	Até 6 anos
Zona C	Até 9 anos

C. Isenção ou redução do Imposto SISA

O imposto SISA recai sobre as transmissões de propriedade ou sobre qualquer direito, constituído a título oneroso, que incida sobre os bens imobiliários. Desta forma, este incentivo conduzirá à redução ou isenção do imposto devido unicamente pela aquisição de terrenos e imóveis adstritos ao projeto.

Capítulo VI – Investimento Direto Estrangeiro entre Portugal e Angola

Angola tem sido um dos principais destinos de investimento de muitas empresas portuguesas, sendo uma aposta alternativa face às condições económicas verificadas em Portugal.

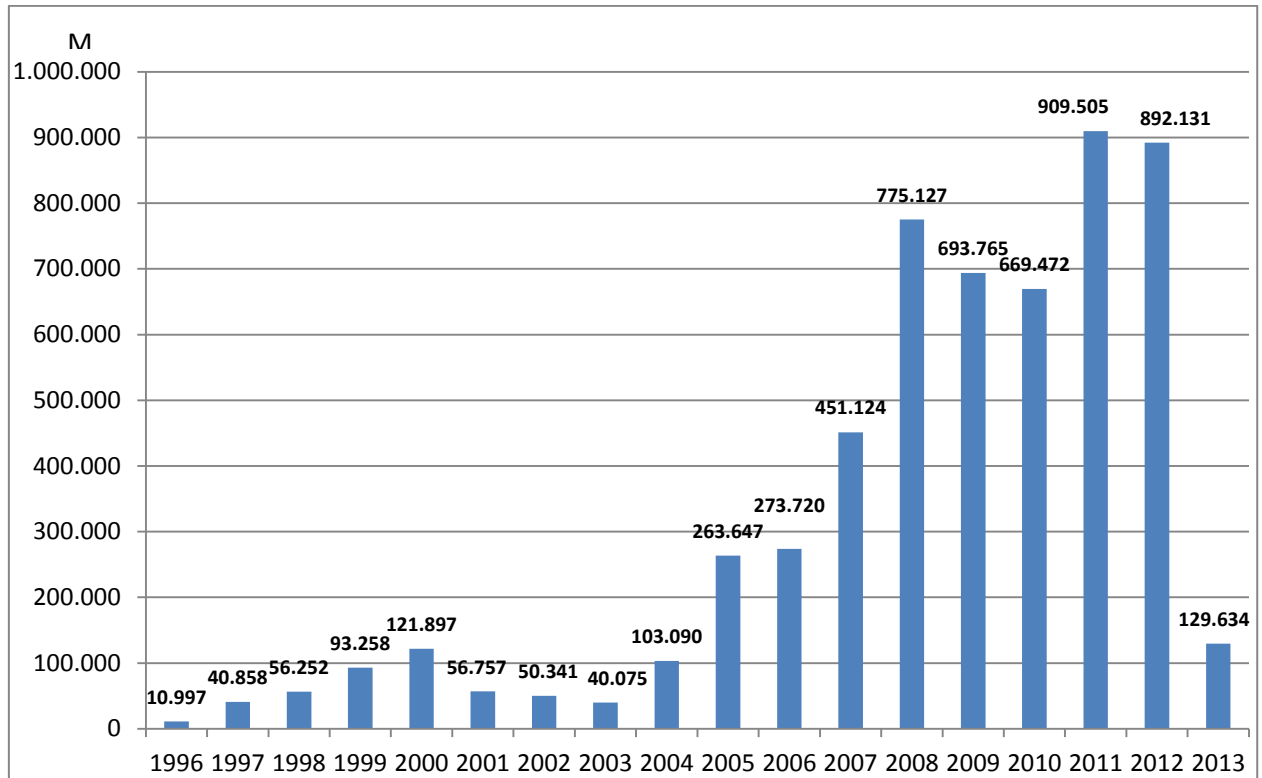
As trocas comerciais entre Portugal e Angola tem conhecido um crescimento sustentável. Atualmente as trocas comerciais entre os dois países são significativas, sendo que diversas empresas angolanas têm igualmente procurado investir no mercado nacional português. Angola é o principal destino do investimento português realizado no continente Africano, representando aproximadamente 80% do investimento total realizado nos Países Africanos de Língua Oficial portuguesa. Dentro dos setores de maior investimento destacam-se a banca, as telecomunicações e a construção civil.

6.1. Evolução do IDE entre Portugal e Angola

Através do gráfico 6.1. é possível perceber o volume do investimento português em Angola, sendo que desde 1996 se verifica um aumento progressivo e sustentado, intervalado em alguns anos em que se verificou um decréscimo desse investimento. Importa referir que muitas vezes o volume de investimento está dependente das relações políticas entre os dois países e da maior abertura empresarial existente, sendo que nos últimos quarenta anos essa relação governamental foi sofrendo diversos pontos de crise.

De salientar pela análise dos dados um decréscimo entre 2008 e 2010, anos em que se verificou o início de uma grave crise económica internacional, sendo que em 2011 o valor do IDE atinge o seu máximo (ano de início da aplicação do memorando de entendimento da Troika em Portugal).

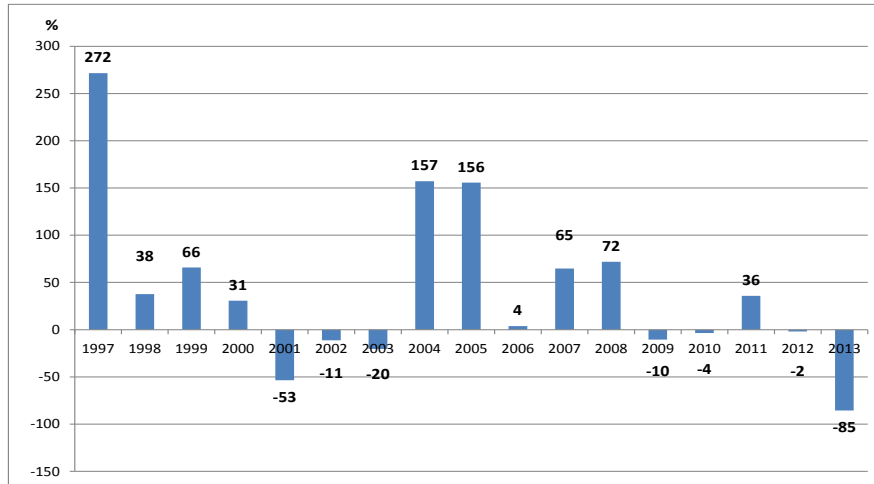
Gráfico 6.1. Crescimento anual do IDE português em Angola



Fonte: gráfico elaborado pelo autor, através da consulta de dados da AICEP Portugal.

O gráfico 6.2. permite verificar de forma mais detalhada a variação percentual do nível de investimento direto português em Angola, sendo possível perceber uma tendência (crescente ou decrescente) para o aumento ou diminuição anual do IDE.

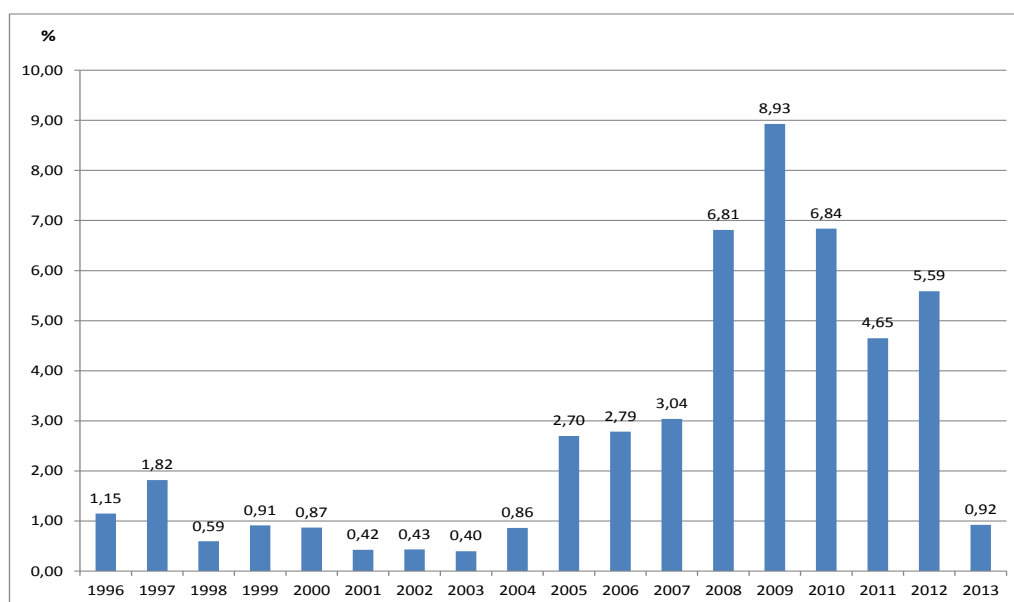
Gráfico 6.2. Crescimento anual do IDE Português em Angola (%)



Fonte: gráfico elaborado pelo autor, através da consulta de dados da AICEP Portugal.

A importância do IDE Português em Angola é verificada através da análise do gráfico 6.3., sendo que esse peso tem registado um aumento continuado desde finais da década de 1990. Contudo, nos últimos anos esse peso tem diminuído, em virtude essencialmente do período de crise económica verificada em Portugal.

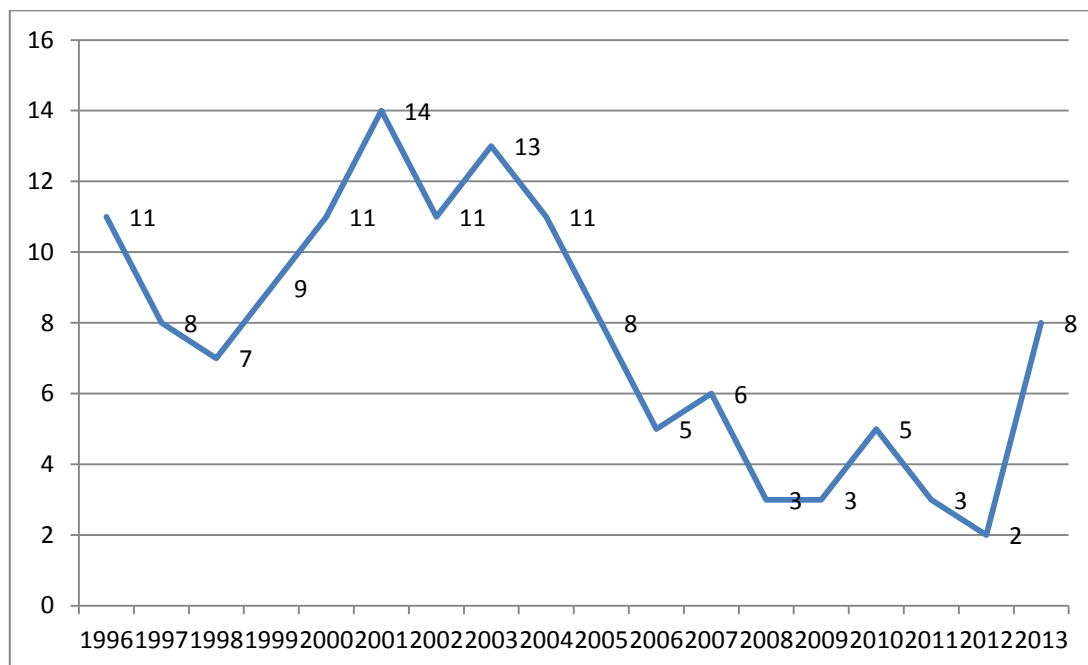
Gráfico 6.3. peso de Angola em % do total de IDE português em Angola



Fonte: gráfico elaborado pelo autor, através da consulta de dados da AICEP Portugal.

Neste último gráfico importa realçar que Angola foi até 2004-2005 um país pouco relevante em termos de destino de IDE português. A partir desse ano a importância de Angola acentuou-se, atingindo o pico em 2009 e 2010, ocupando a 3ª posição. A queda de 2013, não pode ser atribuída a baixa do preço do barril de petróleo, já que esta ocorreu a partir de Junho de 2014. Alias, 2009 e 2010 foram anos difíceis para a economia angolana, dado que o petróleo passou de 150 USD/ barril em 2007 para 50 USD/ barril em 2009, e mesmo assim o IDE português aumentou significativamente.

Gráfico 6.4. Posição de Angola no IDE português



Fonte: gráfico elaborado pelo autor, através da consulta de dados da AICEP Portugal.

6.2. Incentivos fiscais ao IDE do sistema fiscal angolano

Angola, enquanto um país que importa capitais tem no seu regime fiscal um conjunto alargado de incentivos fiscais disponíveis para a atração do investimento direto externo. Porém, a concessão deste tem vindo a ser mais seletiva, relevando o interesse estratégico do setor em causa, como a localização geográfica do próprio investimento e o respetivo montante.

Estes incentivos correspondem principalmente a isenções temporárias do imposto industrial, do imposto de aplicação de capitais e dos direitos aduaneiros em que o período de concessão depende da localização geográfica do mesmo investimento.

Através da tabela 6.1. podemos verificar os diversos tipos de incentivos existentes, bem como as áreas geográficas em que os mesmos são atribuídos.

Tabela 6.1. Incentivos fiscais ao IDE

Isenções	Zona A - Luanda e Lobito	Zona B - Quanza Norte, Quanza Sul e Uíge	Zona C - Huambo e Bié
Imposto Industrial	8 anos	12 anos	15 anos
Imposto sobre a aplicação de capitais	5 anos	10 anos	15 anos
Direitos aduaneiros	3 anos	4 anos	6 anos

Fonte: tabela elaborada pelo autor com dados e informações da PWC.

No caso da Sisa, a legislação angolana não especifica qual o período de tempo relevante, mas percebe-se que esta isenção é aplicada à aquisição de terrenos e edifícios adstritos a projetos de investimento.

Tendo em conta a crescente seletividade na gestão de conceder incentivos, é conveniente ter presente, ser mais fácil a obtenção de incentivos fiscais ao investimentos localizados fora da província de Luanda visto que é uma cidade em que se assiste a um grande volume em IDE, o que torna particularmente relevante contar com os apoios que possam ser prestados pelos respetivos governos provinciais, principalmente, o nível de incentivos para fiscais e não fiscais.

6.3. Soluções fiscais para o IDE Português em Angola

No que diz respeito ao cenário de um acordo de dupla tributação internacional, importa salientar que o mesmo não se aplica nas relações comerciais e económicas entre Portugal e Angola, pelo que a tributação é feita de acordo com as regras dos dois países, como o imposto industrial e o imposto sobre o rendimento do trabalho em Angola, e o

imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas e o imposto sobre o rendimento das pessoas singulares em Portugal. Qualquer investimento português está sujeito a imposto em Angola, esse rendimento será tributado em Portugal em sede de IRC ou IRS, conforme seja uma empresa ou um Particular.

Por sua vez, é igualmente necessário os investidores especificarem qual o modelo a adotar, se optam por uma sociedade ou por uma sucursal da respetiva empresa. As sucursais, de modo geral, têm como objetivo seguir toda orientação da “empresa mãe”, e como características, não têm personalidade jurídica, a empresa principal será sempre a responsável pelas atividades desenvolvidas em Angola através da sua sucursal.

A constituição de novas sociedades tem como objetivo o desenvolvimento de uma atividade em nome independente, sendo geralmente a estrutura adotada a de sociedades anónimas (compostas por no mínimo dois sócios). Deste ponto de vista fiscal, a primeira questão que o investidor externo pode e deverá colocar, tem a ver com o facto do que pode ser mas favorável entre a constituição de uma sociedade de direito local ou atuar por meio de uma extensão no país de uma sociedade externa através de um estabelecimento estável.

Escolhida a modalidade de implementação do investimento, importa referir que o lucro das empresas a operar em Angola é tributado em imposto industrial, o que corresponde ao lucro contabilístico ajustado quer pelas regras fiscais, e também por critérios de discricionariedade técnica da administração fiscal sobre o qual incide uma taxa nominal de 35%, exceto nos casos anteriormente mencionados.

Quando se verifica a instalação de indústrias em regiões consideradas economicamente deprimidas ou de aproveitamento de recursos locais, a taxa é reduzida para metade por um período de 10 anos. É possível também aplicar isenções temporárias de impostos em casos de introdução de novos setores de atividade em Angola, desde que contribuam para o desenvolvimento económico do país. Este imposto, de natureza anual, tem uma antecipação provisória do valor devido no final que corresponde em regra a três pagamentos a efetuar entre janeiro, fevereiro e março do ano subsequente correspondendo cada um a 8.75% do lucro tributável, do exercício anterior aquele que o pagamento respeita.

Os operadores económicos internacionais não residentes devem ter em conta as regras para a sua eventual qualificação como residente em Angola tendo em conta o risco do empresário ou da empresa possuir aí um estabelecimento estável com a consequente sujeição a imposto industrial do lucro tributável imputável a estabelecimento estável bem como a tributação incidente sobre os rendimentos considerados como de fonte de angolana auferidos por entidades não residentes. Neste caso, deve-se ter em conta que sumariamente os seguintes rendimentos brutos ficam sujeitos a tributação das taxas auferidas:

- a) Empreitadas - 3.50%
- b) Serviços de assistência técnica ou de gestão entendidos em sentido amplo, o que praticamente abrange todos os serviços prestados - 5.25%.
- c) Dividendos e royalties - 10%
- d) Juros de 15%, estes com várias especificidades que devem ser analisadas.

Tendo em conta este cenário, torna-se importante a celebração de um acordo de dupla tributação entre Portugal e Angola, que pode ser sem dúvida um mecanismo bastante útil para a aproximação e sistematização fiscal do investimento entre Portugal e Angola, tendo em conta a sua abrangência típica. Assim, dado o volume de investimentos entre Portugal e Angola, é importante haver um enquadramento legal e atual num quadro de existência de um acordo de dupla tributação, o que pode fomentar maiores níveis de investimento.

Tabela 6.2. Benefícios fiscais ao IDE – breve descrição

Redução de taxas	Previsão, por razões de política económica ou social, da aplicação de uma taxa inferior à do mercado.
Isenções fiscais	Embora perante o pressuposto de aplicação da tributação, motivos políticos ou económicos levam à aplicação da isenção.
Exclusões tributárias	Atos não sujeitos à regra de incidência do imposto.
Dedução à matéria coletável	Abatimentos às realidades que constituem o objeto do imposto de uma parte da matéria coletável.
Dedução à coleta	Diferem das deduções à matéria coletável, porque neste caso é o próprio imposto que se deduz uma determinada quantia (crédito ao imposto).
Depreciações e amortizações aceleradas	Podem ser entendidas como empréstimos sem juros, mas com vantagens financeiras inerentes.
Dedução de prejuízos fiscais	Regime com determinadas características e exigências, basta que em relação a uma delas haja derrogação das regras de tributação e que constitua uma vantagem fiscal com certo objetivo económico-social para que seja aplicado este incentivo fiscal.

Fonte: Pereira, 2011 (adaptado).

6.4. Formas de repatriamento dos lucros

Em Angola é permitido o repatriamento dos lucros, como os dividendos ou lucros distribuídos, sempre que o investimento seja de pelo menos 1000.000 USD por cada investidor.

Desta forma, existe a possibilidade de transferir para o exterior os lucros ou dividendos (o resultado da liquidez do seu investimentos), incluindo assim as mais-valias, royalties ou outros rendimentos gerados dos investimentos diretos. Importa mencionar que todo este processo só pode ser efetuado após o projeto tiver sido implementado conforme haja evidência da sua execução, sendo que o mesmo se aplica através da existência de comprovativos de liquidação de impostos e sempre que o investidor tiver a sua contabilidade organizada.

No que diz respeito ao repatriamento de lucros ou dividendos, este deve ser igual ao graduado, em função do capital investido (desde o período de concessão) e do tamanho dos incentivos e benefícios fiscais e aduaneiros libertados, do tempo do investimento dos lucros realizados, do impacto social e económico do investimento e da

sua capacidade de diminuição das diferenças regionais e também do impacto do repatriamento dos lucros e dividendos na balança de pagamentos de Angola.

A exatidão dos valores e graduação em percentagem do repatriamento dos lucros e dividendos em relação aos projetos de investimentos devem ser ponderados e negociados caso a caso com o conselho nacional de Finanças (CNFI), de acordo com a proposta do investidor, devendo estes dados estarem mencionados nos respetivos contratos de investimentos.

Deste modo, o direito de repatriar os lucros e dividendos deve obedecer às seguintes regras:

- Em projetos de investimentos efetuados na zona A, onde o capital seja de 10.000.000 USD, a repatriação só é possível depois de três anos após a sua implementação;
- Em projetos de investimentos na zona A com capital maior que 10.000.000 USD e menor que 50.000.000, a repatriação será efetuada após dois anos de efetivação do projeto;
- Em projetos de investimento da zona B com capital inferior a 5.000.000 USD, a repatriação dos lucros será efetiva após dois anos da sua implantação do projeto.

Estes números aplicam-se em investimentos considerados como importantes para o crescimento e desenvolvimento da economia de Angola, tendo por base a localização do investimento e o capital e o seu contributo na diminuição das assimetrias do país. Estes programas de investimentos podem ser reavaliados com o CNFI para que seja dado em forma de capital diferenciado.

Conclusões

Esta dissertação teve como objetivo responder a duas questões fundamentais, primeira se o impacto fiscal das decisões de investimento em Angola é favorável e a segunda questão faz referência sobre qual a melhor opção de repatriação dos lucros do investimento Português em Angola, sendo este tema de grande importância visto que o sistema fiscal representa um dos fatores determinantes para a atração do IDE.

Os estados têm estado a adotar políticas fiscais mais atrativas para a captação do IDE, visto que este é fonte geradora de novos postos de trabalho, inovação de tecnologia e principalmente impulsionadores de crescimento económico. O crescimento do produto nacional bruto em termos fiscais, as remunerações salariais e os lucros obtidos pelas sociedades estrangeiras constituem um fator importante para o desenvolvimento do estado, visto que os recursos naturais são considerados limitados ou podem não existir.

Contudo, apesar de o sistema fiscal angolano não apresentar ainda uma estrutura sólida devido à instabilidade política que durou mais de três décadas, o que impediu de certo modo a ausência de uma inclusiva educação fiscal aos seus habitantes, este é ainda caracterizado por vários constrangimentos como a fuga ao fisco por parte das empresas, pessoas singulares e a fuga de capitais para o estrangeiro. Foi nesta conformidade que o estado angolano, depois de registar uma estabilidade política, económica e financeira, e com o objetivo de disciplinar melhor os seus agentes económicos e não só, constatou que era extremamente urgente uma reforma tributária em todo o seu sistema fiscal.

Este processo foi levado a cabo através de formações intensivas para capacitar os quadros com ferramentas e estratégias que permitissem que os grandes objetivos fossem alcançados com sucesso.

No entanto, importa referir que as dificuldades ao nível da inexistência de um sistema único de tributação dificulta a realização de maiores avanços nesta área, sendo que acaba por se verificar um sistema de dupla tributação, penalizador para as empresas investidoras. Nesse sentido, o caminho a adotar implica uma contínua reforma do sistema fiscal e uma maior harmonização das regras de tributação em Portugal e em Angola.

As relações entre Portugal e Angola são cada vez mais importantes, facto que resulta do papel cada vez mais importante de Angola na promoção do desenvolvimento económico das empresas portuguesas, através dos lucros gerados por estas em Angola.

A base para a tributação dos rendimentos e ganhos obtidos em Angola consiste na soma algébrica dos rendimentos e ganhos obtidos no país. O sistema fiscal angolano permite o repatriamento dos dividendos ou lucros distribuídos, sempre que o investimento seja de 1000.000 USD por cada investidor, o que tem permitido, tal como constatamos ao longo da investigação um maior fluxo de investimento entre os dois países.

A presente investigação consistiu num estudo exploratório à temática do sistema fiscal angolano, sendo que o fortalecimento das relações entre os dois países, o maior volume de trocas comerciais e a presença de um maior número de investidores angolanos nas sociedades portuguesas e de investidores portugueses nas sociedades angolanas implica continuar a estudar este tema. Tal facto, advém da necessidade de uma maior otimização dos recursos e dos passos que o estado angolano continuará a dar no sentido de atenuar as assimetrias regionais.

A determinação de um sistema único de tributação é um dos caminhos a adotar no sentido de aprofundar os conhecimentos sobre esta temática, sendo necessário recorrer a estudos comparativos para melhor se verificar a sua possível aplicação no contexto.

Referências bibliográficas

Agarwal, J.P. (1980). “Determinants of foreign direct investment: a survey”. *Weltwirtschaftliches Archive*, Vol. 116.

Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal [AICEP]. (2013). *Angola: Ficha de mercado*. Lisboa: AICEP Portugal Global. Acedido em http://www.chooseportugal.com.pt/files/1235_FM_517fd321262c2.pdf.

Barlow, D.R. & Wender, I.T. (1955). *Foreign Investment and Taxation*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, Inc.

Bellak, C., Leibrecht, M. & Steher, R. (2008). Policies to attract foreign direct investment: an industry level analysis. VII Global Forum on international Investment. Disponível em <http://www.oecd.org/investment/globalforum/40301081.pdf>.

Bird, Richard, M. (2011). “Subnational Taxation in Developing Countries: A Review of the Literature”. *Journal of International Commerce, Economics and Policy*, 2(1), pp. 139-161.

Bourguinat, H. (1992). *Finance Internationale*. Paris: Presses Universitaires de France.

Buckley, J. & Casson, M. (1976). *The Future of the Multinational Enterprise*. London: Macmillan.

Caetano, J., & Galego, A. (2009). *Investimento direto estrangeiro e desenvolvimento humano em África*. 1º Congresso de Desenvolvimento Regional de Cabo Verde. Acedido em <http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%2024/127A.pdf>

Carkovic, M., & Levine, R. (2002). Does foreign direct investment accelerate growth?. Acedido em <http://siteresources.worldbank.org/INTFR/Resources/fdi.pdf>.

Carvalho Esteves, J. (2009). Aspectos fiscais do investimento português em Angola. Revista Angola – Portugal Negócios. Disponível em: www.pwc.com/pt ou www.pwc.com/ao. Consultado as 13 de Março de 2015.

Chechella, C., Silva, J. & Dentinho, T.P. (2009). Explaining trade and FDI relationships in a gravitational model. Studies in Regional Science, The Journal of the Japan Section of the RSAI, 39, 4.

Cheung, Y-W. & Qian, X. (2009). “Empirics of China’s outward direct investment”. Pacific Economic Review, 14 (3), pp. 312-341.

CMCG (2003). Foreign Direct Investment in Emerging Market Countries – report of the working group. Acedido em: <http://www.imf.org/external/np/cm/cmcg/2003/eng/091803.HTM>.

Coase, R.H. (1937). The Nature of the Firm. Economica, New Series, Vol. 4, No. 16, pp. 386-405.

Dunning, J. (1988). *Explaining International Production*. Londres: Unwin Hyman.

Dunning, J. (1995). “Reappraising the Eclectic Paradigm in an Age of Alliance Capitalism”. Journal of International Business Studies, Third Quarter, pp. 27-50.

Dunning, J. (1999). “Globalization and the Theory of MNE Activity”, Discussion Papers. International Investment and Management, 264. Reading: University of Reading.

Eisenhardt, K. (1989). Building Theories From Case Study Research. The Academy of Management Review, 14, 4. Acedido em: <http://www.buseco.monash.edu.au/mgt/research/acrew/eisenhardt.pdf>.

Elschner, C. & Vanborren, W. (2009). “Corporate Effective Tax Rates in an Enlarged European Union”. Taxation papers (14). Directorate General Taxation and Customs Union: European Commission.

Erdal, F. & Tatoglu, E. (2002). Locational Determinants of Foreign Direct Investment in an Emerging Market Economy: Evidence from Turkey. *Multinational Business Review*, Vol. 10, N.1.

Ernst & Young (2012). *Estudo sobre a atratividade*. Acedido em [http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/A_hora_de_investir/\\$FILE/BAS Portuguese.pdf](http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/A_hora_de_investir/$FILE/BAS_Portuguese.pdf).

European Commission (2014). Towards tax co-ordination in the European Union: a package to tackle harmful tax competition. Communication from the Commission to the council.

Ferreira, M. P., Reis, N., & Serra, F. (2011). *Negócios internacionais e a internacionalização para economias emergentes*. Lisboa: Lidel Ed. Técnicas.

Fontoura, M. P. (1997). “Aspectos Teóricos do Investimento Internacional”, in A. Romão. (Coord.), *Comércio e Investimento Internacional*. ICEP: Lisboa, pp. 37 – 60.

Ford, T., Rork, J., & Elmslie, B. (2008). Foreign direct investment, economic growth, and the human capital threshold: Evidence from US states. *Review of International Economics*, 16 (1), pp. 96-113.

Frenkel, J.; Razin, A. & Sadka E. (1990). Basic Concept of international taxation. Working paper, no 3540, National Bureau of Economics Research.

Grossman, G. & Helpman, E. (1991). *Innovation and Growth in the Global Economy*. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology.

Gulamhussen, M.A. (2009). *O investimento internacional no sector da banca*. Lisboa: Bnomics.

Hall, R. E. & Jones, C. I. (1999). Why do some countries produce so much more output per worker than others? *Quarterly Journal of Economics*.

Hanlon, M. and Hetzman, S. (2010) A review of tax research. *Journal of account and Economics*, 50, pp. 127-178.

Hanson, G. (2001). *Should countries promote foreign direct investment?* G-24 Discussion Paper Series, 9. Acedido em <http://unctad.org/en/Docs/pogdsmdpb924d9.en.pdf>.

Hymer, S. (1979). *The multinational corporation: A radical approach*. Cambridge: Cambridge University Press.

Knickerbocker, F. (1973). *Oligopolistic Reaction and the Multinational Enterprise*. Boston, MA: Harvard University Press.

Krugman, P. & Obstfeld, M. (2005). *Economia Internacional – Teoria e Política*. Rio de Janeiro: Pearson.

Lipsey, R.E. (2002), “Home and Host Country Effects of FDI”. NBER Working Paper.

Lorenz, S. (2007). Determinants of bilateral effective tax rates: Empirical Evidence from OECD Countries. *Fiscal studies*, 28 (2), pp. 227-249.

Lucas, R. (1993). “On the Determinants of Foreign Direct Investment: evidence from east and south-east Asia”. *World Development*, Vol. 21, nº. 3, pp. 391-406.

Martín, C. & Velazquez, F. (1997). The determining factor of foreign direct investment in Spain and the rest of the OECD: Lessons for CEES. CEPR Discussion Papers, 1637.

Medina, A. (2005). Causas de la internacionalización de la empresa. *Análisis Económico*, 45(20), pp. 49-62.

Mencinger, J. (2003). Does foreign direct investment always enhance economic growth? *Kilkos*, 56 (4), pp. 491-508.

North, D. (1990). *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press.

North, D. (2005). *Understanding the Process of Economic Change*. Princeton: Princeton University Press.

OCDE (2002). Síntese Perspectivas do Investimento Internacional. Acedido em: <http://www.oecd.org/daf/inv/investmentstatisticsandanalysis/1938189.pdf>.

Pereira M.J.R.C., (2011). Impacto da taxa de imposto que incide sobre o rendimento das empresas na atratividade do investimento direto estrangeiro nos Países da União Europeia a 15. Dissertação de mestrado, Faculdade de Economia, Universidade do Porto.

Sanches J. L S. (2010). Manual de Direito Fiscal Angolano. 1ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora.

Sánchez, A., & Camacho, E. (2007). *Internacionalização empresarial: Um modelo explicativo do modo de entrada*. Acedido em http://www.uhu.es/alfonso_vargas/archivos/Artigo_Encontros_Cientificos_3.pdf.

Schneider, F. & Frey, B. (1985). "Economic and Political Determinants of Foreign Direct Investment". *World Development*, vol. 13, pp. 161-175.

Slemrod, J. (1989). "Randomness in tax enforcement". *Journal of Public Economics* 38(1), pp. 17-32.

Stern, Scott, Michael E. Porter & Furman, J.L. Furman (2002). "The determinants of national innovative capacity". *Research Policy*, 31, pp. 899-933.

United Nations conference trade and development. UNCTAD (2012) - trade and development report. New York: United Nations.

Yang, L. (2000). The development of the land lease market in rural China. *Land Economics*, vol. 76, 2, pp. 252-266.

Ying, R. (2008). *Case Study Research: Design and Methods (Applied Social Research Methods)*. London: Sage.

Legislação

Reforma Fiscal Angolana 2015 (2014). PWC. Disponível em: http://www.pwc.pt/pt/pwcinformisco/flash/angola/imagens/reformafiscalangolana_2015.pdf.